



ADH

Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí



P R O G R A M A

REGULARIZAR

O Programa Regularizar tem parceria da Corregedoria Geral de Justiça do Piauí, Corregedoria do Foro Extrajudicial, Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, com o Governo do Estado e Empresas Credenciadas. Ele é destinado à regularização fundiária dos imóveis em conjuntos habitacionais, empreendimentos habitacionais e ocupações consolidadas em conformidade com a Lei de Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

O intuito é processar e julgar as ações judiciais que objetivam o reconhecimento de propriedade imobiliária para a emissão de título dominial em favor de pessoas essencialmente de baixo rendimento



O Programa Regularizar foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí (CGJ/PI) por meio do Provimento n° 36/2019.

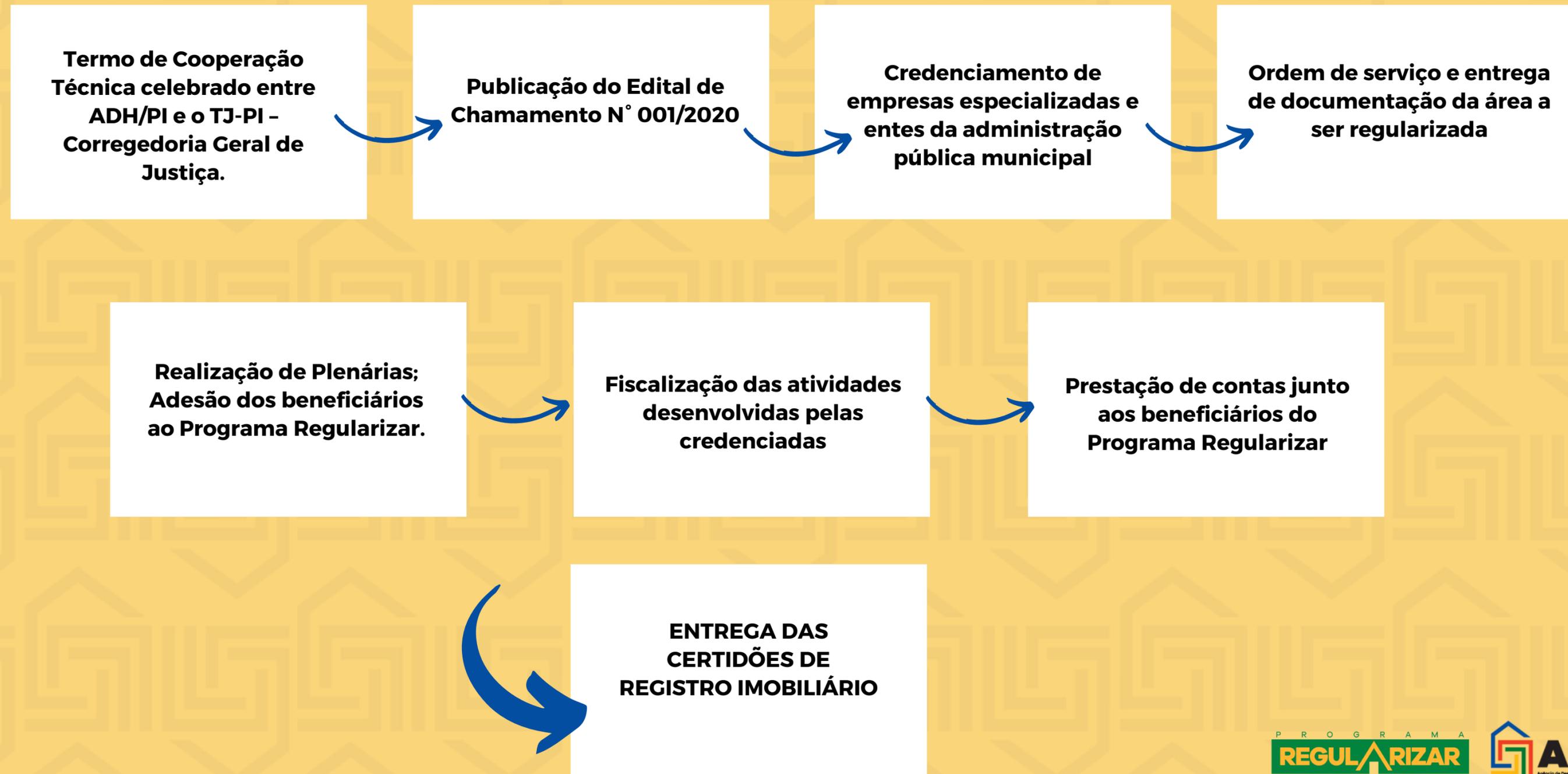
Em maio de 2023, o Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) publicou os Provimentos N° 89/2023 e 96/2023, que fez adaptações ao Programa Regularizar no Estado do Piauí.

PÚBLICO ALVO

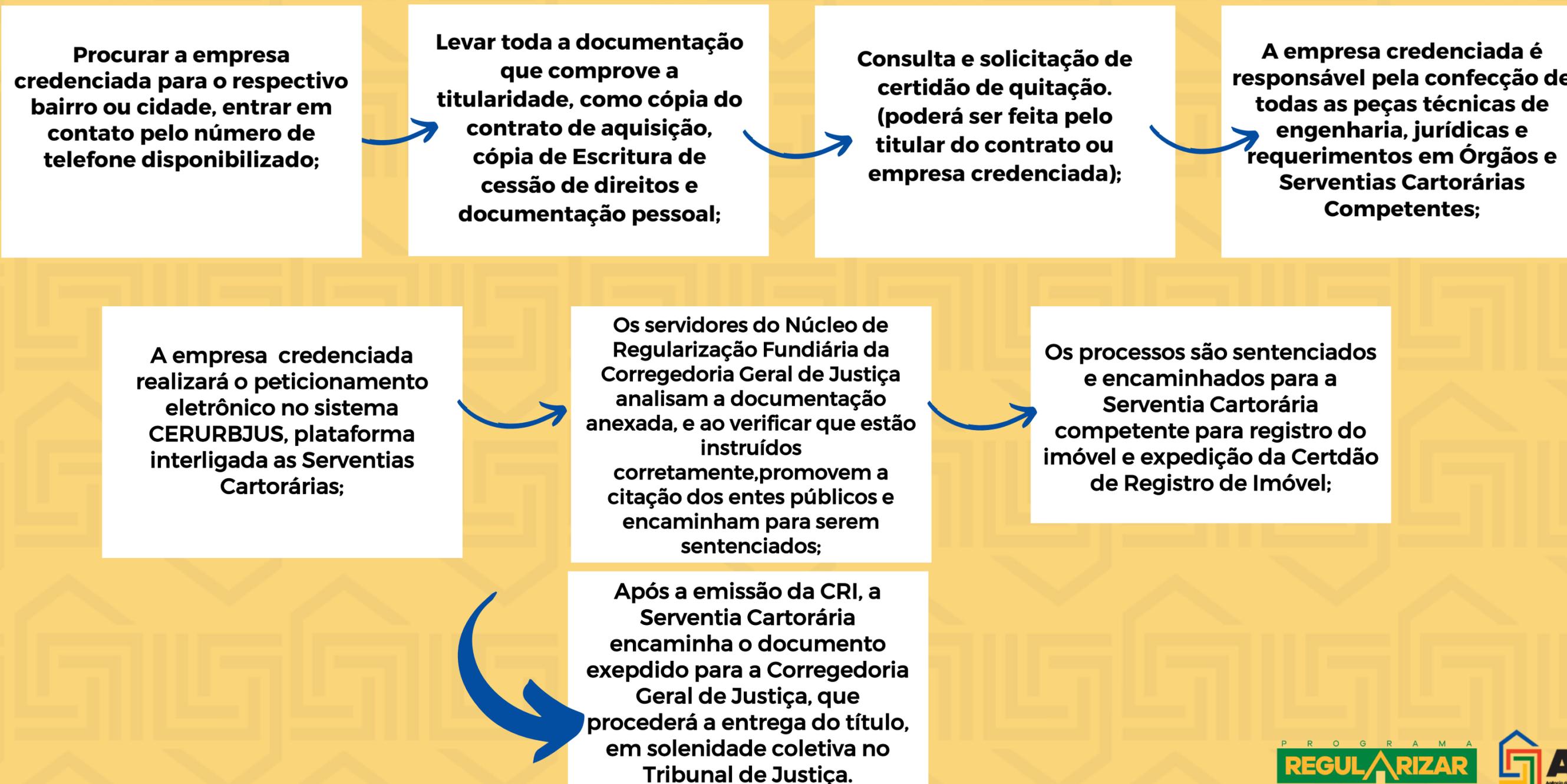
- Titulares de contrato de financiamento de imóveis residenciais nos conjuntos e empreendimentos habitacionais, e de unidades habitacionais pulverizadas, que já encontram-se quitados, bem como beneficiários de programas habitacionais de interesse social que foram construídos pelo Governo do Estado através das extintas COHAB-PI, IAPEP, BEP e atual ADH-PI.



FLUXOGRAMA



COMO ADERIR AO PROGRAMA?



QUAL O PRAZO PARA RECEBER A CERTIDÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL?



Vale ressaltar, que o prazo de duração até a entrega é variável, porque em algumas situações não há como prever o tempo de duração da demanda, pois o Programa Regularizar não é um processo de curto prazo, tem o tempo do beneficiário entender e aderir ao Programa, após essa fase, será analisada toda documentação dos beneficiários, peticionamento e andamento processual de responsabilidade das empresas, e por fim expedição da Certidão de Registro de Imóvel, no qual será realizada em solenidade na Corregedoria da Vara do Programa Regularizar do TJ do Estado do Piauí.

LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÕES LEGAIS

 **Lei 10.257/2001** - Estatuto das Cidades

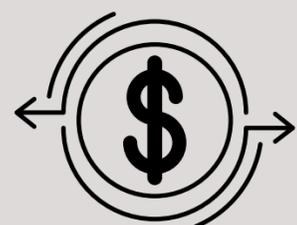
 **Lei nº 13.465/2017** - Lei de Regularização Fundiária Urbana e Rural - REURB

 **Provimento nº 36/2019** - Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí e **Provimentos nº 89/2023 e 96/2023** do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

 **Editais de Chamamento N° 001/2020**



DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Fonte de Recurso

AÇÃO - 5116 - REGULARIZAÇÃO E AVERBAÇÃO

FUNDIÁRIA

PROGRAMA - 0105 - PIAUÍ INTEGRADO

TERRITÓRIO - TD0 - ESTADO

PRODUTO 987 - IMÓVEL REGULARIZADO

- Ano 2024 - Valor R\$: 30.000,00

- Ano 2025 - Valor R\$: 30.000,00

- Ano 2026 - Valor R\$: 30.000,00

- Ano 2027 - Valor R\$: 30.000,00

EQUIPE TÉCNICA

- Advogados da Diretoria de Regularização de Regularização Fundiária Urbana;
- Juízes Auxiliares e Assessores do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí;
- Procuradores do Estado do Piauí;
- Assistentes Sociais da Diretoria de Regularização Fundiária do Estado do Piauí;
- Engenheiros da Diretoria de Regularização Fundiária do Estado do Piauí;
- Comunicação da Agência de Desenvolvimento do Piauí e Coordenadoria de Comunicação Social do Estado do Piauí;
- Apoio Técnico e Administrativo Operacional da Equipe da Diretoria de Regularização Fundiária Urbana do Estado do Piauí .
- Registradores e Tabeliões



OBJETIVOS



-  **Promover a Regularização Fundiária no Estado do Piauí;**
-  **Garantir o direito à propriedade a todos os titulares de contratos de financiamento de imóveis construídos em conjuntos e empreendimentos habitacionais e na modalidade pulverizada pelo Governo do Estado do Piauí.**

INDICADORES



PROCESSOS PROTOCOLADOS

Atualmente temos **2212** processos judiciais protocolados no Programa Regularizar (até julho de 2023).



SENTENÇAS

Mais de **600** processos sentenciados



CERTIDÕES DE REGISTRO IMOBILIÁRIO

Foram expedidas **1700** certidões de registro imobiliário e estão sendo produzidos pelas serventias cartorárias mais de 900 CRI's.

PARCERIAS

- Tribunal de Justiça do Estado do Piauí – Corregedoria Geral de Justiça – Núcleo de Regularização Fundiária- Corregedoria do Foro Extrajudicial;
- Empresas Credenciadas;
- Associações de Moradores;
- Lideranças Comunitárias;
- Sociedade Civil Organizada.
- Entes da Administração Pública Municipal
- Coordenadoria de Comunicação Social – CCOM
- Procuradoria Geral do Estado do Piauí - PGE



PARCERIAS



Empresas credenciadas - 2023

1. RAGSERV GESTÃO E SERVIÇOS DOCUMENTAIS (CNPJ - 07.351.230/0001-44);
2. ECOM EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE (CNPJ - 10.302.083/0001-27);
3. DIGITAL MAP CONSULTORIA EM GEOPROCESSAMENTO LTDA (CNPJ - 19.096.996/0001-09);
4. BETEL EMPRESA BETEL NEGÓCIOS EIRELI (CNPJ - 26.566.904/0001-72);
5. SC PRO LTDA (CNPJ - 05.039.594/0001-68);
6. ALYSSON CAMPELO ADVOCACIA E CONSULTORIA (CNPJ - 28.039.148/0001-59);
7. IAN CAVALCANTE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (CNPJ - 43.978.532/0001-00);
8. EMPRESA SOCIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESRF (CNPJ - 39.546.832/0001- 43);
9. REGULARE SOLUÇÕES IMOBILIARIA (CNPJ - 36.237.672/0001-62);
10. FALCÃO & BENVINDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (CNPJ - 15.753.525/0001-75);
11. CAMPELO & CAMPELO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S (CNPJ - 05.207.513/0001-91);
12. ALMEIDA & ALMEIDA ADVOGADOS ASSOCIADOS (CNPJ - 27.850.531/0001-20)